

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 229 – 13/12 à 17/12/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *eSocial*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*

Destaque da Semana

[Sancionada a Lei 14.261 que recria o MTP e cria o Domicílio Eletrônico Trabalhista](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/12/2021

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou nesta quinta-feira, 16 de dezembro, a Lei 14.261/2021, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, entre outras providências. Além da recriação do MTP a lei traz a criação do Domicílio Eletrônico Trabalhista para a Fiscalização do Trabalho; a volta do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho à sua casa de origem e o estabelecimento da competência e procedimentos para a fiscalização na aplicação da lei do Seguro Desemprego.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF vai decidir se PIS e Cofins são dedutíveis da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/12/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se é possível excluir os valores relativos ao PIS e à Cofins da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). A controvérsia é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1341464 que, por unanimidade, teve repercussão geral reconhecida ([Tema 1.186](#)) pelo Plenário Virtual.

[Ministro Vieira de Mello Filho é empossado conselheiro do CNJ](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/12/2021

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vieira de Mello Filho, tomou posse como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A cerimônia foi realizada nesta terça-feira (14), com transmissão pelo canal do CNJ no YouTube, durante a 61ª Sessão Extraordinária do órgão.

[Marcação britânica retira validade dos cartões de ponto apresentados por construtora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/12/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra a condenação ao pagamento de diferenças de horas extras para um carpinteiro de Porto Velho (RO). A construtora tentava comprovar que a sobrejornada não existiu, apresentando os controles de ponto, mas os documentos foram invalidados por mostrarem marcações uniformes dos horários de entrada e saída do empregado.

[Dispensa indevida de empregado com deficiência gera pagamento de indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/12/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou à Suzano Papel e Celulose S.A. reintegrar no emprego um operador de rádio com deficiência física que foi dispensando sem a contratação de substituto em condição semelhante, conforme estabelece o sistema de cotas e condicionamento à dispensa (art. 93 da Lei 8.213/91). No processo, a empresa ainda foi condenada a pagar R\$ 5 mil como indenização por danos morais ao trabalhador.

[Compliance trabalhista é o tema do novo episódio do podcast Trabalho em Pauta](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/12/2021

Compliance trabalhista é o tema do 23º episódio do “Trabalho em Pauta”, que já pode ser acessado por meio das principais plataformas de streaming de áudio. O programa aborda os reflexos da adoção do compliance nas relações de trabalho. De acordo com o levantamento do Anuário “Análise Executivos Jurídicos Financeiros 2021”, mais de 80% das maiores empresas do Brasil contam com uma área específica de compliance interno.

[Especial: Justiça do Trabalho é pioneira no uso de provas digitais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/12/2021

A Justiça do Trabalho começou, em 2020, uma ação institucional de formação e especialização de magistrados e servidores na produção de provas por meios digitais. A iniciativa, chamada de [Programa Provas Digitais](#), visa fazer uso de informações tecnológicas para auxiliar magistrados na instrução processual, especialmente na produção de provas para aspectos controvertidos. Como resultado, busca-se maior celeridade à tramitação processual e facilidade para a busca da verdade dos fatos.

[Morgana de Almeida Richa é nomeada ministra do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/12/2021

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (13) o decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro, que nomeia a desembargadora do TRT da 9ª Região (PR) Morgana de Almeida Richa, como ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ela passa a ocupar a vaga decorrente do falecimento do ministro Walmir Oliveira da Costa.



Notícias do Executivo

[Governo publica decreto para aprimorar a transparência e a fiscalização das obras públicas](#)

Ministério da Economia - 17/12/2021

O governo federal publicou nesta sexta-feira (17/12) o [Decreto nº 10.899](#) para aprimorar o controle social sobre as obras públicas. O Cadastro Integrado de Projetos de Investimento (Cipi) possibilitará que o acompanhamento de obras seja realizado por meio de fotos e vídeos. Este tipo de fiscalização também está previsto na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que entra em vigor em 2023. Com o uso do Cipi, será possível ampliar a rastreabilidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

[Fundacentro vive processo de transformação institucional](#)

Fundacentro - 13/12/2021

“A Fundacentro é, sem dúvida nenhuma, um grande laboratório de inovação”, afirma o presidente da instituição, Felipe Portela, durante a abertura do II Encontro de Pesquisa e Inovação, realizado entre 30 de novembro e 3 de dezembro. Em sua fala, destaca como a gestão tem repensado a forma como a instituição trabalha, o projeto de transformação institucional em curso e a ideia de inovar.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-RN recomenda que empresas exijam comprovante de vacinação de seus trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/12/2021

O Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte (MPT-RN) [recomenda](#), em documento enviado a empresas de diversos segmentos econômicos do estado do RN, que seja exigida a comprovação de vacinação de seus trabalhadores e trabalhadoras, observados o esquema vacinal aplicável e o cronograma vigente, como condição para ingresso no meio ambiente de trabalho. A orientação ressalva os casos em que a recusa do trabalhador seja justificada mediante declaração médica fundamentada, na ausência de recomendação vacinal na bula do imunizante.

[Selecionados artigos para o livro digital “O Uso de Dados Pessoais e Inteligência artificial na relação de trabalho”](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/12/2021

A Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) selecionou 18 artigos que vão compor o livro digital “O Uso de Dados Pessoais e Inteligência Artificial nas relações de trabalho: proteção, discriminação, violência e assédio digital”.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT participará de audiência pública para debater texto do Estatuto do Aprendiz](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/12/2021

O SINAIT participará de audiência pública promovida pela Comissão Especial que analisa o Projeto de Lei 6.461/19, o Estatuto do Aprendiz. A comissão foi instalada no último dia 1º de dezembro. O projeto de lei, apresentado por 26 deputados, estabelece condições sobre o trabalho do aprendiz, sua formação profissional e contratação, seus direitos e garantias, bem como sobre os deveres e obrigações dos contratantes.

Outras Notícias

[TST anula acordo firmado por sindicato sem anuência de trabalhadores](#)

Consultor Jurídico - 19/12/2021

A Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho desconstituiu acordo firmado entre a Nexans Brasil, de Lorena (SP), e o sindicato da categoria em relação a 62 empregados que não assinaram declaração de anuência.

[Atrasos no FGTS justificam rescisão por justa causa do empregador, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 16/12/2021

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de um consultor de uma empresa em razão de atrasos ou ausências reiterados dos depósitos do FGTS. De acordo com o colegiado, a situação caracteriza falta grave do empregador, justificando a rescisão com o pagamento de todas as parcelas devidas no caso de dispensa imotivada.

[Juiz aplica LGPD e reverte justa causa de empregado submetido a bafômetro](#)

Consultor Jurídico - 14/12/2021

A empresa que quiser fazer a coleta de dados pessoais dos seus empregados deve informar de forma explícita qual o objetivo da medida. Além disso, a informação deve ser usada exclusivamente para o fim especificado, especialmente se for relativa a saúde. Com esse entendimento, a 1ª Vara do Trabalho de Dourados (MS) condenou uma distribuidora de bebidas a pagar as verbas rescisórias devidas a um trabalhador que foi submetido a um exame etílico (bafômetro) no trabalho. Os empregados eram escolhidos de forma aleatória, por sorteio.

[Coca-Cola é condenada em R\\$ 100 mil por desrespeitar intimação do MPT](#)

Consultor Jurídico - 14/12/2021

O juízo da 11ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região manteve a decisão que condenou a Coca-Cola Industriais Ltda. ao pagamento de R\$ 100 mil, a título de danos morais coletivos, por desrespeitar uma intimação do Ministério Público do Trabalho (MPT), deixando de entregar documentos necessários à condução de um inquérito civil.

[TST considera bem de família imóvel utilizado como residência pelo devedor](#)

Consultor Jurídico - 13/12/2021

É considerado como bem de família o imóvel utilizado como residência pela entidade familiar, sendo irrelevante o fato de não se tratar do único imóvel do devedor. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou o leilão de uma casa em Guarulhos (SP) que serve de residência para um dos sócios de uma oficina mecânica, penhorada para pagamento de dívida trabalhista a uma caixa da empresa.

[eSocial: Ministro anuncia que pequenas empresas não serão punidas em 2022 por deixarem de enviar dados de SST](#)

Revista Proteção - 16/12/2021

Em entrevista nesta quarta-feira, 15 de dezembro, à Rádio Guaíba de Porto Alegre, o Ministro do Trabalho e Previdência Onyx Lorenzoni admitiu que o Governo não irá punir empresas que deixarem de enviar as informações de SST para o eSocial no ano que vem. O calendário do eSocial determina que a partir de 10 de janeiro de 2022, empresas de pequeno e médio porte passem a enviar informações relacionadas à segurança e saúde do trabalho de forma eletrônica. Na semana passada já havia sido anunciado o adiamento da implantação do PPP eletrônico para o mês de janeiro de 2023. Antes do final do ano o Ministério do Trabalho e Previdência publicará uma alteração na Portaria MTP nº. 313, de 22 setembro de 2021 com detalhes da forma de envio das informações do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

[Para OMS, Síndrome de Burnout passará a ser doença do trabalho em 2022](#)

Revista Proteção - 15/12/2021

A Organização Mundial da Saúde (OMS) dará uma nova classificação para a Síndrome de Burnout. A partir do dia 1 de janeiro de 2022, entra em vigor a nova classificação para esse transtorno, a CID 11. Ela passará a ser considerada doença decorrente do trabalho e passa a ser tratada de forma diferente.

[Artigo – CTPP aprova pauta de revisão das NRs para 2022 e Grupo de Trabalho para a NR 18](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/12/2021

Nos dias 7 e 8/12 foi realizada, em Brasília, de forma mista (presencial e a distância) a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) do Ministério do Trabalho e Previdência, que pautou para deliberação a discussão da agenda regulatória de revisão, harmonização e modernização das Normas Regulamentadoras (NRs) para o ano de 2022, a qual, após debates entre os representantes do governo, trabalhadores (Centrais Sindicais) e empregadores (Confederações Nacionais) que a compõe, teve sua definição aprovada pelos seus membros, como também, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhamento da implantação da nova NR 18.

[Construção civil assinou 94 convenções coletivas até novembro de 2021](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/12/2021

O [Radar Convenções Coletivas](#) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) de dezembro, com informações das negociações referentes às datas bases de janeiro a novembro de 2021, indica que foram assinadas quatro novas convenções até o dia 30 de novembro, totalizando 94 no ano.

[Nova NR-7 permite utilização de prontuários médicos em meio eletrônico](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 13/12/2021

O texto da nova NR-7 prevista para entrar em vigor em 3 de janeiro de 2022 traz a previsão de utilização de prontuários médicos em meio eletrônico desde que atendidas as exigências do Conselho Federal de Medicina e mantém, dentre outras exigências, a necessidade de manutenção do prontuário do empregado pela organização por, no mínimo, 20 anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante nos Anexos da norma.

[Aprovado salário-maternidade à trabalhadora grávida na pandemia](#)

Agência Senado - 16/12/2021

O Plenário aprovou nesta quinta-feira (16) projeto que garante o pagamento de salário-maternidade às trabalhadoras grávidas que não puderem fazer trabalho a distância. O texto retorna à Câmara dos Deputados. O PL 2.058/2021 disciplina o trabalho das gestantes não imunizadas contra o coronavírus, quando a atividade não puder ser feita a distância, situação que atinge, entre outras categorias, as empregadas domésticas e não era abarcada pela Lei 14.151, de 2021.



Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 13/12/2021 Seção I Pág. 32) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 954, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 13/12/2021 Seção I Pág. 233) - Revoga o parágrafo 6º do art. 10 da Portaria DIRBEN/INSS Nº 949, de 18 de novembro de 2021;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/12/2021 Seção I Pág. 75) - Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), para o exercício de 2022;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.060, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/12/2021 Seção I Pág. 86) - Dispõe sobre o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.021, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 15/12/2021 Seção I Pág. 323) - Aprova a alocação de recursos ao Ministério do Trabalho e Previdência - MTP, para o exercício de 2022, para custeio dos serviços necessários para implantação e produção do sistema FGTS Digital;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 932, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 16/12/2021 Seção I Pág. 244) - Dispõe sobre as diretrizes e critérios de operacionalização das aplicações dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de que trata o §1º do art. 239 da Constituição Federal;

[LEI Nº 14.261, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 17/12/2021 Seção I Pág. 05) - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência; altera as Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019; e dá outras providências.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula